



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 231/2013  
CT SIAD Nº 5143

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-  
GERAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA AMBIENTAL VET  
LTDA-ME, NA FORMA AJUSTADA.**

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, com sede na Av. Álvares Cabral, 1.690, bairro Santo Agostinho, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 20.971.057/0001-45, neste ato neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo, **Doutor Mauro Flávio Ferreira Brandão**, doravante denominada Contratante, e a empresa Ambiental Vet Ltda. – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.859.269/0001-30, com sede à Rua Quinze de Novembro, nº 215, Bairro Porto Novo, no município de Além Paraíba/MG, neste ato representado pelo Sr. Marcos Moraes Junqueira, CPF nº 631.769.046-49, RG nº M-8.621.680- SSP/MG, doravante denominada Contratada, celebram o presente Contrato de prestação de serviços, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, da Lei Estadual nº 14.167 de 10.01.2002, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 44.786 de 08.04.2008, e também pelo Decreto Estadual nº 45.902, de 24.01.2012, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no respectivo Edital do Processo Licitatório nº 086/2013, Pregão Eletrônico nº 084/2013, observados os Anexos I, II e III deste Contrato (Anexos II, VI e VII do Edital), mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

O objeto deste Contrato é a prestação de serviços de limpeza e higienização de caixas d'água e reservatórios, com fornecimento de mão de obra e materiais, em edificações ocupadas pelo Ministério Público de Minas Gerais, em todo o Estado, conforme descrito nos Anexos I, II e III deste Contrato (Anexos II, VI e VII do Edital), de acordo com o Processo Licitatório nº 086/2013, Pregão Eletrônico nº 084/2013, Processo SIAD nº 1091040 - 016/2013, adjudicado em 22/10/2013, homologado em 30/10/2013 e publicado em 06/11/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Prestação dos Serviços**

**I – Dos Prazos:**

1) A Contratada deverá agendar com representante da Contratante, em no máximo 5 dias úteis, contados do recebimento da Autorização, visando apresentação do cronograma físico das visitas e do roteiro referente aos deslocamentos para execução dos serviços, a ser submetido à aprovação da Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial da Contratante;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

2) A "Ordem de Serviço" somente será liberada após a aprovação do cronograma físico-financeiro;

3) A **Contratada** deverá iniciar a execução dos serviços, em no máximo 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da "Ordem de Serviço".

**II – Do(s) Local(is) de Execução dos Serviços:**

Os serviços de limpeza de caixas d'água e reservatórios, incluindo desinfecção química, com fornecimento de mão de obra e materiais, serão executados em imóveis ocupados pelo Ministério Público do Estado de Minas, em todo o Estado, de conformidade com a relação constante do(s) anexo(s) I e III deste Contrato (anexo(s) II e VII do edital).

**III – Da Descrição dos Serviços:**

De acordo com as especificações dos serviços inseridas no(s) anexo(s) I e III deste Contrato (anexo(s) II e VII do edital).

**IV – Da Execução dos Serviços:**

1) Recebida a "Autorização", a **Contratada** dará início à execução dos serviços, sendo que o ferramental, os equipamentos e o material utilizados, inclusive o seu transporte, serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo cobrar da **Contratante** nada mais que não seja o valor proposto e contratado;

2) Os serviços poderão ser executados também nos finais de semana e feriados (previamente agendado/autorizado pela **Contratante**), visando a sua conclusão no prazo determinado, devendo a **Contratada** arcar com todo o custo adicional;

3) A **Contratada** deverá manter as dependências do imóvel constantemente limpas, durante todo o período da execução dos serviços;

4) Executados os serviços, será realizada vistoria a fim de verificar a perfeição e qualidade dos mesmos, que, não sendo aprovados, deverão ser refeitos, quantas vezes forem necessárias, objetivando sanar as falhas porventura constatadas. Sempre após cada nova intervenção e consequente correção por parte da **Contratada**, será efetuada nova vistoria para análise da **Contratante**, através da Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial até aprovação definitiva dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Da Medição**

As medições, considerando-se os quantitativos efetivamente executados, os preços unitários contratados e atendendo o Cronograma físico-financeiro aprovado, serão efetuadas a cada mês, ficando condicionada:

1) Ao cumprimento total do cronograma referente ao mês. Não serão aceitos atrasos na execução dos serviços do mês vigente, tendo em vista o descumprimento da etapa anterior do cronograma;

2



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

2) À apresentação, pela Contratada, de relatório com fotos, descrevendo as condições iniciais (vazios), durante a execução da limpeza e finais (após a limpeza) das caixas d'água ou reservatórios;

3) Ficha de vistoria assinada por representante da unidade vistoriada.

**CLÁUSULA QUARTA – Do Recebimento e Do Aceite do Objeto**

O recebimento e o aceite do objeto deste Contrato dar-se-ão da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, em até 15 (quinze) dias corridos, da comunicação escrita da Contratada, ao término da execução de todos os serviços, após vistoria pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização da Contratante, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes;

b) **Definitivamente**, em até 90 (noventa) dias corridos, do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente da Contratante, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, com a entrega dos serviços perfeitos, sólidos e seguros, atestando-se sua conformidade e adequação ao objeto contratado e, desde que atendidas todas as reclamações referentes a defeitos ou imperfeições verificadas e notificadas;

c) As notas fiscais serão encaminhadas pela Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial à Diretoria de Compras e Licitações, para os registros devidos, que, logo após, através da Superintendência Administrativa, as enviará à Superintendência de Finanças, para análise e pagamento.

**CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações da Contratante**

São obrigações da Contratante, além de outras previstas neste Contrato:

a) Efetuar o pagamento dos valores devidos, no prazo e condições pactuadas;

b) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio da Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial, através de servidor indicado para este fim, que deverá anotar todas as ocorrências relacionadas à referida execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos detectados e comunicar, antes de expirada a vigência contratual, as irregularidades apuradas aos superiores e aos órgãos competentes, caso as decisões e medidas corretivas ou sancionatórias a serem adotadas se situem fora do seu âmbito de competência;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

c) Comunicar à Contratada, por escrito, a respeito da supressão ou acréscimo contratuais mencionados na Cláusula Décima deste Instrumento, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado;

d) Decidir sobre eventuais alterações neste Contrato, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;

e) Permitir o acesso dos funcionários da Contratada envolvidos na execução dos serviços.

**CLÁUSULA SEXTA – Das Obrigações da Contratada**

São obrigações da Contratada, além de outras previstas neste Contrato:

a) Disponibilizar todo o material, ferramental, equipamentos e mão de obra necessários à prestação dos serviços;

b) Executar os serviços contratados, respeitando o Cronograma físico-financeiro aprovado e as alterações promovidas pela Contratante, independentemente de faltas de empregados ou outros imprevistos;

c) Manter durante e para cada local onde se executa os serviços, no mínimo, 2 (dois) profissionais capacitados;

d) Empregar na prestação de serviços somente funcionários especializados, uniformizados, identificados com crachá e com registro em CTPS;

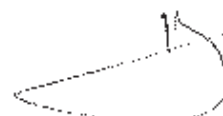
e) Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual (EPIs), em quantidade suficiente e de acordo com as normas de segurança do trabalho;

f) Exigir que seus empregados utilizem equipamentos de proteção durante a execução dos serviços;

g) Disponibilizar equipamentos de uso profissional e materiais que não provoquem danos às caixas e reservatórios ou que comprometam a qualidade da água;

h) Disponibilizar todos os equipamentos, ferramentas e materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequada para prestação de serviço;

i) Seguir os procedimentos de execução e de segurança, bem como as especificações técnicas detalhadas, observando a boa técnica, normas e legislação pertinentes;

 4





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- j) Restituir todos os elementos danificados durante a execução do serviço, repondo com materiais e acabamentos idênticos aos existentes no local, inclusive pintura, sem ônus para a Contratante;
- k) Cumprir, durante todo o período de prestação dos serviços, as recomendações contidas na Norma Regulamentadora NR-18, aprovada pela Portaria 3214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no D.O.U de 06.07.78 (Suplemento);
- l) Manter a limpeza do local constantemente, inclusive a retirada de detritos;
- m) Garantir os serviços pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento e aceite definitivo dos mesmos, conforme cláusula décima terceira deste instrumento e do Termo de Garantia;
- n) Refazer, às suas expensas, no prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar da solicitação feita pela Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial, todo o serviço considerado inadequado ou imperfeito, caso constatadas irregularidades;
- o) Arcar com todas as despesas pertinentes à execução dos serviços ora contratados, tais como tributos, fretes, embalagens, custos com mobilização e também os salários, encargos previdenciários, trabalhistas e sociais relacionados à execução do objeto, bem como os demais custos inerentes a esta prestação de serviços, mantendo em dia os seus recolhimentos;
- p) Responder por danos causados à Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na execução deste Contrato, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do Contrato por parte da Contratante;
- q) Responsabilizar-se por eventuais acidentes ocorridos com seus empregados, quando da execução dos serviços, mesmo nas dependências da Contratante;
- r) Responsabilizar-se pelo comportamento de seus funcionários ou prepostos designados para a execução dos serviços, inclusive no que se refere a danos materiais porventura causados à Contratante e danos morais ou físicos a seus servidores. Essa responsabilidade abrange defeitos em componentes, acessórios ou outros equipamentos conectados ou não entre si, mobiliário, rede elétrica etc., comprovadamente causados por funcionários seus, ainda que por acidente e durante a execução contratual;
- s) Submeter à apreciação da Contratante, para análise e deliberação, qualquer pretensão de alteração nas cláusulas e condições do presente Contrato que se fizer necessária;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

t) Comunicar à **Contratante** a ocorrência de quaisquer fatos que possam impedir ou retardar o andamento dos serviços, apresentando soluções para sanar tais impedimentos;

u) Devolver à **Contratante**, após a execução dos serviços contratados, os equipamentos e/ou materiais retirados e não aproveitados durante as alterações verificadas na execução dos serviços;

v) Manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de regularidade fiscal e de qualificação exigidas e apresentadas na fase de habilitação do processo licitatório e/ou assinatura do contrato, inclusive as relativas à regularidade junto ao INSS, FGTS e à Justiça do Trabalho, apresentando à **Contratante** as respectivas certidões, sempre que tiverem suas validades vencidas ou quando solicitadas;

w) Submeter à apreciação da **Contratante**, antes de expirado o prazo previsto para a execução do objeto contratado, solicitação de prorrogação, se assim entender necessário, quando da ocorrência de quaisquer das situações contempladas no art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93, fundamentando e comprovando a hipótese legal aplicável;

x) Informar, no corpo da nota fiscal, seus dados bancários, a fim de possibilitar à Superintendência de Finanças da **Contratante** a realização dos depósitos pertinentes;


y) Substituir o técnico responsável pelos serviços somente após expressa anuência da **Contratante**, devendo, essa substituição, ser comunicada com antecedência mínima de cinco dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Do Preço**

Os preços unitários, relativo à prestação dos serviços, são os mencionados no Anexo I deste Contrato (Anexo II do Edital), e que somando os seus totais, perfazem o preço global lançado na CLÁUSULA SEGUINTE, sendo fixo e irrevogável, representando a proposta do licitante vencedor do processo licitatório nº 086/2013 que deu origem a este Contrato, no qual já estão incluídas todas as despesas feitas pela **Contratada** para a efetiva execução dos serviços e da forma determinada na cláusula segunda.

No caso de prorrogação da vigência do contrato, o preço poderá ser reajustado de acordo com o índice estabelecido na Resolução PGJ nº 42/2009, obedecida a legislação pertinente.

**CLÁUSULA OITAVA – Do Valor Global e da Dotação Orçamentária**

 6



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

O valor global deste Contrato é de R\$ 194.300,00 (cento e noventa e quatro mil e trezentos reais)

A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta da dotação orçamentária nº 1091.03.122.701.2.009.0001.3.3.90.39.22 – fonte 10.1, com os respectivos valores reservados, e as dotações equivalentes nos exercícios seguintes.

**CLÁUSULA NONA – Da Forma de Pagamento**

O pagamento será feito por medição, atendo-se ao valor a ela correspondente, conforme estabelecido no cronograma físico financeiro, aprovado pela **Contratante**, e com observância dos limites fixados na cláusula terceira, mediante a apresentação da nota fiscal respectiva, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, nos seguintes termos:

a) A **Contratada** apresentará à Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial da **Contratante**, a nota fiscal correspondente, após cada medição, emitida em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ nº 20.971.057/0001-45, Av. Álvares Cabral, 1690, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG, constando o número deste Contrato e o boletim de medição devidamente assinado;

b) A Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial atestará a nota e assinará o boletim de medição, procederá as conferências e anotações necessárias e em seguida encaminhará à Diretoria de Compras e Licitações que, após as anotações devidas, via Superintendência Administrativa, a encaminhará à Superintendência de Finanças da **Contratante** que, por sua vez, terá o prazo de até 9 dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal já atestada, para conferi-la e efetuar o devido pagamento, por meio de depósito bancário, necessariamente em nome da **Contratada**, cujos dados bancários deverão constar no corpo da nota fiscal a ser paga;

c) Em caso de não aprovação da nota fiscal por motivo de incorreção, rasura ou imprecisão, a mesma será devolvida à **Contratada** para a devida regularização, caso em que os prazos referidos na letra "b" acima e na cláusula quinta começarão a fluir a partir da reapresentação da nota fiscal devidamente regularizada;

d) Junto à nota fiscal, a **Contratada** deverá apresentar, ainda:

d.1) Quitação da apólice de seguro ou da parcela, no caso de a **Contratada** optar pelo parcelamento do pagamento (se for o caso);

d.2) Guias de recolhimento GFIP e GPS dos empregados fixos e alocados na execução dos serviços, devidamente quitadas, referentes ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal;

d.3) Certidão de Regularidade do FGTS;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

d.4) Certidão Negativa de débito junto ao INSS da execução dos serviços.

e) A Contratante fará a retenção relativa à Seguridade Social, nos termos da Lei Federal nº 8.212 de 24.07.1991, do Decreto Estadual nº 3.048 de 06.05.1999 e da Instrução Normativa MPS/SRP nº 03 de 14.07.2005 e alterações posteriores;

f) Se não forem apresentados os documentos mencionados nesta cláusula, será suspenso o pagamento até regularização das pendências, podendo a Contratante instaurar Processo Administrativo que poderá ocasionar a rescisão da avença na hipótese reiterada da falha;

g) Ocorrendo atraso na execução dos serviços, a Contratada deverá anexar à respectiva nota fiscal justificativa pela ocorrência do atraso incorrido, bem como documentação comprobatória dos motivos alegados;

h) Ocorrendo mora na entrega do objeto contratual, a Superintendência de Finanças da Contratante efetuará o pagamento pertinente, retendo o valor correspondente ao atraso, até a conclusão do Processo Administrativo instaurado para avaliação da justificativa a que se refere a alínea "g", o qual se encerrará com o ato decisório da Autoridade Competente sobre a incidência ou não da penalidade. Julgada procedente a justificativa apresentada, o valor retido será restituído à Contratada, convertendo-se em penalidade, caso seja considerada improcedente.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Dos Acréscimos ou Supressões**

A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que a Contratante, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, respeitados os limites de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Penalidades**

A inadimplência da Contratada, sem a devida justificativa aceita pela Contratante, no cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato a sujeitará às sanções a seguir discriminadas, de acordo com a natureza da infração, mediante processo administrativo pertinente, observada a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93:

I – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia, ou multa de 20% (vinte por cento), após o trigésimo dia, pelo atraso injustificado na entrega/substituição ou na prestação do serviço/refazimento do objeto, sobre o valor do





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumpridas, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo estipulado para cumprimento da obrigação;

II – Multa de 20% (vinte por cento) em razão da não entrega/substituição ou da não prestação do serviço/refazimento do objeto, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Contratante;

III – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor contratado, contada da comunicação da Contratante (via internet, fax, correio etc.), até cessar a inadimplência, limitada a 20% (vinte por cento) desse valor.

IV – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia.

a) Após o 30º (trigésimo) dia de inadimplência, a Contratante terá direito de recusar o objeto contratado, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando a perda de interesse em sua entrega, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

b) A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, independentemente do prazo estipulado na alínea anterior, poderá implicar a rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

c) Ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente, mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e desde que mantidas as mesmas condições da primeira colocada, ou adotar outra medida legal para aquisição do objeto;

d) Aplicadas as multas previstas, poderá a Administração notificar a Contratada a recolher a quantia devida à Superintendência de Finanças da Contratante, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento do comunicado formal da decisão definitiva proferida pela autoridade competente; descontar o valor da garantia prestada, prevista no § 1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666, de 1993; ou realizar compensação, existindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante ou valores retidos dos pagamentos devidos por esta;

e) Na impossibilidade de recebimento das multas nos termos da alínea anterior, a importância aplicada, ou seu remanescente, deverá ser



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

cobrada judicialmente, nos termos do art. 38, §3º do Decreto Estadual nº 45.902, de 24.01.2012;

f) Para todas as penalidades aqui previstas, será garantida a defesa prévia da **Contratada** que deverá ser apresentada no prazo de até 5 dias úteis, contado do recebimento da notificação encaminhada pela **Contratante**;

g) ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação "pro-rata tempore" do índice previsto na Resolução PGJ nº 43/2009.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Garantia de Execução**

**Contratual**

A **Contratada** deverá apresentar à Diretoria de Contratos e Convênios da **Contratante**, em até 10 (dez) dias, contado da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, correspondente, nesta data, ao valor de R\$ 9.715,00 (nove mil, setecentos e quinze reais), na modalidade caução em dinheiro, podendo a **Contratada** escolher uma dentre as abaixo especificadas:

I – Caução em dinheiro, ou títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizados pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – Seguro garantia correspondente, no qual deverá constar cláusula de cancelamento do seguro somente com a anuência da **Contratante**. Uma cópia autenticada desta apólice deverá ser encaminhada à Superintendência Administrativa da **Contratante**;

III – Carta de Fiança Bancária.

a) É facultado à **Contratada**, no curso da execução do Contrato, substituir a modalidade de garantia por outra, dentre as previstas neste item, mediante autorização expressa da **Contratante**.

b) Caso a **Contratante** decida pelo acréscimo contratual previsto neste Instrumento, a **Contratada** deverá reforçar o valor da garantia, mantendo o percentual supracitado.

c) Aditado o Contrato ou prorrogado o prazo de sua vigência, a **Contratada** fica obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidade de sua eleição.

10



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

d) O valor da garantia poderá responder pelo inadimplemento das obrigações contratuais, inclusive pelas multas impostas à **Contratada**, devendo o valor dado em garantia ser complementado até atingir o valor pactuado, no caso de utilização.

e) A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **Contratada**.

f) Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, a **Contratada** se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada.

g) A garantia prestada pela **Contratada** será liberada, na forma da lei, ao término das obrigações contratuais, desde que os serviços executados estejam aprovados pela **Contratante** e que não haja, no plano administrativo ou judicial, qualquer pendência ou reclamação, hipótese em que ficará retida até solução final.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Garantia dos serviços**

Executados os serviços, será efetuada vistoria, por parte da Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial, visando a aprovação dos mesmos que, em caso de reprovação, serão refeitos, no prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar da solicitação feita pelo **Contratante**, sob pena de incorrer nas sanções contratuais e legais previstas, sendo que, somente após nova vistoria e aprovação serão dados por concluídos os serviços realizados. Mesmo aprovados os serviços, se ainda forem constatadas falhas, deverão ser efetuadas intervenções, quantas forem necessárias, visando atingir as metas planejadas.

Verificada a necessidade de prorrogação do prazo acima estipulado, caso a natureza ou a magnitude do serviço a ser reparado o exigir, ou havendo justo motivo, a **Contratada** deverá submeter à aprovação do **Contratante** o seu pedido de dilação de prazo, indicando aquele que entender necessário.

O prazo de garantia dos serviços será de 12 (doze) meses, contadas de seu recebimento definitivo.

A garantia será prestada, também, pelo o estabelecido no "Termo de Garantia", Anexo VIII do Edital do Processo Licitatório, independentemente do término da vigência deste Contrato.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Vigência**

O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado de acordo com o interesse das partes, através de termos aditivos, até o limite legal de 60 (sessenta) meses, se presente o interesse público, nos termos do artigo 57 da Lei Federal 8666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Reajuste**

No caso de prorrogação, a periodicidade para o reajuste do objeto ora avençado será de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação das propostas, no caso de primeiro reajuste, ou da data do reajuste anterior, na hipótese de reajustes posteriores, de acordo com a Resolução PGI Nº 48, de 18 de setembro de 2009, ou outro índice que venha substituí-lo.

**Subcláusula única:** O reajuste de que trata o caput desta cláusula poderá ser dispensado por acordo entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Rescisão**

Constituem motivos para a rescisão deste Contrato os casos enumerados nos incisos I a XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

A rescisão deste Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, ocorrendo qualquer das hipóteses elencadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do supracitado artigo, sem que caiba qualquer ressarcimento à Contratada, ressalvado o disposto no § 2º do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Fica ressalvado que, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no inciso VI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, admite-se a possibilidade da continuidade contratual, a critério da Contratante.

Faculta-se à Contratante, a seu juízo, promover a rescisão contratual, após prévia oitiva da Contratada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, em caso dessa última desrespeitar as obrigações previstas na cláusula sétima, relativas à segurança de seus empregados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Publicação**

A Contratante publicará no diário oficial, o jornal “Minas Gerais”, Caderno II (Diário do Judiciário), o resumo deste Contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do Foro**

2





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, MG, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.


**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Dos Documentos Integrantes**

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição e para todos os efeitos, o edital do Processo Licitatório, a proposta vencedora, a ata de abertura/julgamento das propostas e de julgamento da documentação do licitante vencedor e o instrumento que concede poderes ao representante legal da Contratada para representá-la, bem como os Anexos I e II deste Contrato (Anexo II e VII do Edital), referentes à descrição do objeto e condições de sua prestação.


Assim ajustadas, as partes celebram o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2013.

Contratante:

  
Mauro Flávio Ferreira Brandão  
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo

Contratada:

  
Marcos Moraes Junqueira

Testemunhas:

1)

  
Silviene Rocha Alves  
MAMP 5243

2)

  
Débora Cristina Brito de Pereira  
Analista do Ministério Público  
MAMP 5557-00

Z:\SERVIDORES\Fabio\Contratos\aaa.2013\PS.Antônio da Vel Lda - ME.docx



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 231/2013

ANEXO I

Processo Licitatório nº 086/2013 – Pregão Eletrônico nº 084/2013

LOTE ÚNICO	
OBJETO	
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e higienização de caixas d'água e reservatórios, com fornecimento de mão de obra e materiais, em edificações ocupadas pelo Ministério Público de Minas Gerais, em todo o Estado.	
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFORMIDADE COM O ANEXO VII (inclusive planilhas)	
As localidades onde o serviço será executado e a descrição das caixas d'água e reservatórios estão detalhadas no Anexo VII	
A PROPOSTA DEVERÁ CONTER:	
a) Planilha detalhada de preços unitários e totais, dos itens e subitens cotados, e preço global, expressos em reais, de acordo com o modelo "PLANILHA DETALHADA", fornecido pela PGI, não podendo conter alterações, acréscimos ou decréscimos em seus itens e subitens;	
b) Composição de custos para cada item e subitem da planilha detalhada, conforme modelo fornecido pela Contratante, com discriminação de valores dos materiais, mão de obra, dos coeficientes de produtividade, de consumo e do BDI;	
c) Composição do BDI – Benefício e Despesas Indiretas, conforme modelo fornecido com discriminação de todos os itens, com seus custos, inclusive o custo direto utilizado para apropriação da taxa do BDI.	
DECLARAMOS que conhecemos as condições locais para execução do objeto.	
Apresentar os preços de forma completa, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem o material, serviços de montagem e desmontagem, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.	
PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL DEDUZIDO ICMS(*)
R\$ 194.300,00	-



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 231/2013

ANEXO II  
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 086/2013 – Pregão Eletrônico nº 084/2013

1. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza e higienização de caixas d'água e reservatórios, com fornecimento de mão de obra e materiais, em edificações ocupadas pelo Ministério Público de Minas Gerais, em todo o Estado.

2. Finalidade: A limpeza e higienização visam preservar a saúde das pessoas que trabalham nos imóveis ocupados pelo Ministério Público de Minas Gerais, bem como do público em geral.

3. Justificativa: A PGI não dispõe de mão de obra suficiente para a execução dos serviços.

4. Estimativa de custos global: Atendendo ao disposto do Decreto nº 44.786/08, a Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial elaborou planilha orçamentária para verificação dos custos. Valor total estimado em R\$ 273.696,90 (duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa centavos).

Os preços unitários da planilha orçamentária foram definidos em consulta à tabela oficial de preços do SETOP (Secretaria do Estado de Transportes e Obras Públicas), ao SINAP (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) e à revista técnica "Informador das Construções" e pesquisa de mercado.

5. BDI adotado: 33,49%

6. Garantia: Serão especificadas na minuta contratual.

Metodologia: O critério de aceitação das propostas será o de MENOR PREÇO ofertado, de acordo com as especificações do objeto acima relacionado.

7. Unidade Administrativa responsável pela coordenação geral do projeto:

Setor/Unidade: Superintendência de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial.

Responsável: Eliana Rodrigues da Cunha Pinheiro

Telefone: 31-3330-5085.

8. Observações: Entendemos pertinente a contratação por lote único, uma vez que o desmembramento do objeto, além de resultar em maiores prazos, pode tornar inviável a execução dos serviços por mais de uma empresa, dada a necessidade de gerenciamento individualizado para as diversas execuções.

9. A documentação técnica: Poderá ser consultada no endereço: <http://www.mpmg.br/acesso-a-informacao/licitacoes/>.

10. Amostra: não será exigida.

11. Pagamento: Será efetuado, após cada medição, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do aceite definitivo.

12. Deveres da contratada e da contratante: vide minuta contratual.

13. Fiscalização e gerenciamento: vide minuta contratual.

14. Sanções: vide minuta contratual.

15. Dotação Orçamentária: A despesa correrá por conta da dotação orçamentária nº 1091.03.122.701.2.009.0001.3.3.90.39.22-10.1

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2013.

Eliana Rodrigues da Cunha Ribeiro

CREA-MG 69197/D

15



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 231/2013

ANEXO III

CADERNO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Processo Licitatório nº 086/2013 – Pregão Eletrônico nº 084/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e higienização de caixas d'água e reservatórios, com fornecimento de mão de obra e materiais, em edificações ocupadas pelo Ministério Público de Minas Gerais, em todo o Estado.

As especificações técnicas e as condições para a prestação dos serviços estão disponíveis no site da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, no <http://www.mpmg.mp.br/acesso-a-informacao/licitacoes/>, para *download* ou na Divisão de Licitação para cópia em CD-R ou CD-RW, apresentando as seguintes partes integrantes:

- 1 – Especificações técnicas;
- 2 – Modelos:
  - 2.1 – Composição de BDI;
  - 2.2 – Composição de custo de preço unitário;
  - 2.3 – Planilha orçamentária;
  - 2.3 – Ficha de vistoria;
- 3 – Planilha orçamentária com custos apurados pela PGJ;
- 4 – Relação das localidades e descrição das caixas e reservatórios;
- 5 – Fotos.

*[Assinatura]*





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº 2.31/2013

ANEXO IV

TERMO DE GARANTIA

Processo Licitatório nº 086/2013 – Pregão Eletrônico nº 084/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e higienização de caixas d'água e reservatórios, com fornecimento de mão de obra e materiais, em edificações ocupadas pelo Ministério Público de Minas Gerais, em todo o Estado.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Fica estipulada, nos termos da proposta adjudicada na licitação, a garantia de 12 (doze) meses para os serviços executados, contados da data do recebimento definitivo pela Contratante, inobstante o término da vigência do Contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – No caso da verificação de vícios/defeitos nos equipamentos e/ou serviços executados deverá a Contratada, às suas expensas, substituir os equipamentos e/ou refazer os serviços em desacordo com o exigido, no prazo máximo de 7 (sete) dias, contados a partir do recebimento da solicitação enviada pela Contratante, levando-se em conta o desatendimento dos quesitos de qualidade, confiabilidade, funcionalidade e segurança ou qualquer outra característica inerente aos equipamentos e/ou a execução dos serviços, sempre de conformidade com as exigências editalícias, sob pena de:

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia, ou multa de 20% (vinte por cento), após o trigésimo dia, pelo atraso injustificado na entrega/substituição ou na prestação do serviço/refazimento do objeto, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumpridas, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

**CLÁUSULA QUARTA** – Multa de 20% (vinte por cento) em razão da não entrega/substituição ou da não prestação do serviço/refazimento do objeto, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Contratante.

**CLÁUSULA QUINTA** – Aplicadas as multas previstas, poderá a Administração notificar a Contratada a recolher a quantia devida à Superintendência de Finanças da Contratante, no prazo de 10 dias contados da data do recebimento do comunicado formal da decisão definitiva proferida pela autoridade competente; descontar o valor da garantia prestada, prevista no § 1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666, de 1993; ou realizar compensação, existindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante ou valores retidos dos pagamentos devidos por esta.

**CLÁUSULA SEXTA** – Na impossibilidade de recebimento das multas nos termos da alínea anterior, a importância aplicada, ou seu remanescente, deverá ser cobrada judicialmente, nos termos do art. 38, §3º do Decreto Estadual nº 45.902, de 24.01.2012.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Para todas as penalidades aqui previstas será garantida a defesa prévia da **Contratada**, que deverá ser apresentada no prazo de até 5 dias úteis contado do recebimento da notificação encaminhada pela **Contratante**.

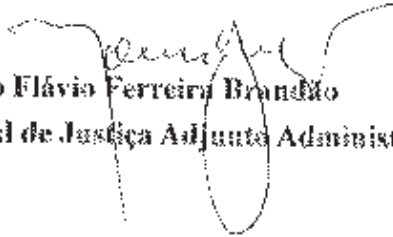
**CLÁUSULA OITAVA** – Após o julgamento de qualquer recurso, se resultar improcedente, o licitante terá o dia útil seguinte à comunicação feita pela **Contratante** para efetuar a quitação do débito.

**CLÁUSULA NONA** – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, MG, preterido qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo.

Compete à **Contratada** assumir todos os encargos e ônus veiculados por este Termo de Garantia, concomitante à assinatura do Contrato decorrente do Processo Licitatório nº 086/2013, Pregão Eletrônico nº 084/2013, independentemente do término de vigência deste último Instrumento.

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2013.

**Contratante:**

  
**Mauro Flávio Ferreira Brandão**  
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo

**Contratada:**

  
**Marcos Moraes Junqueira**

**Testemunhas:**

1)

  
**Silviene Rocha Alves**  
MAMP 5243

2)

  
**Debora Cristina Bultrago Pereira**  
Analista do Ministério Público  
MAMP 5457-47

Z:\SERVIDORES\MAÍLIO\Contrato\exx.2013 PS Ambiental Vol 1\da - ME.docx